

TERMO DE ABERTURA DE PROJETO

Nome do projeto

Portal do Promotor de Justiça – Diagnósticos Criminais

Objetivo

Obter acesso a diversas bases de dados oficiais (abertos e operacionais) de instituições parceiras (por meio de celebração de convênios, quando necessário), de modo a extraí-los para uma base do próprio MPSC, transformá-los em informações que serão alicerce para tomadas de decisões pelos Promotores de Justiça relacionadas ao planejamento de ações, campanhas e projetos de enfrentamento da criminalidade.

Essa transformação ocorrerá por meio de ferramentas de análise associativa de dados, isto é, um conjunto de softwares (aplicações de inteligência de negócios) reunidos em um único ambiente virtual (Portal do Promotor de Justiça – Diagnósticos Criminais) à disposição de Membros na intranet do MPSC.

Tais soluções de tecnologia da informação (TI) geram painéis dinâmicos de análise de dados, transformando-os em informações com a utilização de gráficos pizza, árvore, curvas de tendência, colunas etc., de modo a facilitar e simplificar a compreensão de cenários para tomadas de decisões.

Basicamente, o projeto será realizado em quatro etapas: 1. Definição da abrangência do Diagnóstico; 2. Mapeamento das fontes de dados; 3. Estabelecimento de convênios e acordos institucionais para a obtenção dos dados; 4. Análise, elaboração e disponibilização dos Diagnósticos Criminais (Painel do Promotor de Justiça – área criminal).

Justificativa

A dispersão de dados nas bases de informação sobre criminalidade e violência dificulta a análise real da situação e a consequente tomada de decisões. Não raro políticas na área da segurança pública são formuladas apenas em suposições, ante a ausência de um diagnóstico criminal confiável. Como consequência desse cenário de imprecisão técnica e metodológica, muitas ações e programas de combate à criminalidade e diminuição de riscos fracassam total ou parcialmente, gerando desconfiança na efetiva capacidade do Estado (aí incluído o Ministério Público) de fazer frente à criminalidade, diminuir a violência e

restabelecer a sensação de segurança, especialmente nas comunidades mais afetadas pela presença e ações do crime organizado. Assim, a construção de diagnósticos criminais confiáveis deve ser tratada como prioridade, com vistas a servir de base à formulação de políticas, programas e ações na área criminal (segurança pública) conectadas com a realidade, o que ampliará consideravelmente as chances de se obter sucesso nas iniciativas ministeriais e de outros órgãos públicos parceiros nessa área.

Alinhamento Estratégico

O MPSC desenvolveu seu Planejamento Estratégico para 2012 a 2022 com a previsão de 20 Objetivos Estratégicos, entre os quais (o de n. 4) de *Qualificar a atuação do Ministério Público no enfrentamento da criminalidade*. Como desdobramento desse objetivo estratégico, o Centro de Apoio Operacional Criminal elaborou o Programa *Tutela Difusa da Segurança Pública*, que engloba o Projeto *Diagnósticos Criminais – Portal do Promotor de Justiça*.

Critérios de Aceite

1. Ferramentas de análise associativa de dados todas reunidas num só ambiente (Portal do Promotor de Justiça), disponível na intranet do MPSC;
2. Atualização automática das aplicações relativas a bases de dados operacionais;
3. Visualização dos dados preponderantemente em forma de gráficos (pizza, árvore, curvas, colunas, horário, dispersão, linhas etc.);
4. Os painéis de cada aplicação devem ressaltar os dados de maior interesse, indicados pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e pelos Membros do MPSC.

Premissas

1. Celebração de convênios com instituições parceiras para acesso aos bancos de dados com informações restritas;
2. Estabelecimento de protocolo técnico de frequência de atualização de dados com os setores de tecnologia da informação das instituições parceiras;
3. Estímulo aos Promotores de Justiça para utilização das ferramentas à disposição.

Restrições

Demora e dificuldades para celebração de convênios para acesso a determinadas bases de dados da área criminal.

Principais produtos e serviços

Portal do Promotor de Justiça disponível na intranet do MPSC, acessível a todos os Membros do MPSC, englobando as ferramentas de análise associativa de dados a seguir listadas:

1. Resolução 20 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
2. Resolução 56 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
3. Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) – Estatística Oficial;
4. Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) – Produtividade Policial;
5. Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) – Violência e Criminalidade;
6. Departamento de Administração Prisional (DEAP);
7. Mortes decorrentes de intervenção policial;
8. Geoanálise;
9. Polícia Militar – Registro de Ocorrências; e
10. Polícia Civil.

Estimativas

Custo: O custo do projeto engloba a mão-de-obra dos servidores e Membros do Ministério Público envolvidos, além dos consultores externos que integram o Escritório de Ciência de Dados, vinculado à Coordenação de Informação Social do MPSC.

Tempo de realização: 4 anos.

Gerente de projeto

Nome: João Alexandre Massulini Acosta

Cargo: Promotor de Justiça

Local de trabalho: Centro de Apoio Operacional Criminal

E-mail: jacosta@mpsc.mp.br

Responsabilidades do gerente de projeto:

- realizar o planejamento do projeto;
- entregar e validar os produtos junto ao patrocinador;
- monitorar e controlar o trabalho do projeto;
- realizar o controle integrado de mudanças;

- entregar relatórios de desempenho do projeto às partes interessadas;
- liderar a equipe de gerenciamento do projeto;
- indicar pessoas para compor a equipe de gerenciamento do projeto;
- indicar pessoas para compor a equipe de trabalho;
- mobilizar a equipe de trabalho; e
- realizar as reuniões de andamento e fechamento de cada etapa do projeto.

Principais envolvidos

Patrocinador:

- Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça.

Clientes do projeto:

- Membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Equipe do Gerenciamento do Projeto:

- Fernando Ferreira Gregui, Analista do Ministério Público;
- Luís Morais Neto, Gerente de Projetos e Informações Jurídicas;
- Marina Guterro Silva, Técnica do Ministério Público; e
- Thiago José da Silva, Técnico do Ministério Público.

Equipe do Projeto:

- Christian Rosa, Coordenador de Informação Social;
- Rossano Caldas Nogueira, Consultor Externo de Ciência de Dados; e
- Fernando Malheiros Mendonça, Consultor Externo de Ciência de Dados.

Interessados:

- Conselho Nacional do Ministério Público;
- Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
- Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;
- Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;
- Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;
- Polícia Civil do Estado de Santa Catarina;
- Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina;
- Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina;

- Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina;
- Centro de Informática e Automação de Santa Catarina; e
- Membros do Ministério Público.

Principais riscos

1. Ausência de convênios para acessar bancos de dados restritos de instituições que dispõem de informações para alimentar o Painel do Promotor de Justiça – Diagnósticos Criminais;
2. Falta de rotina técnica de atualização de dados, resultando em painéis desatualizados; e
3. Membros ainda não acostumados à utilização de ferramentas de análise associativa de dados para embasar suas decisões na área criminal.

Florianópolis-SC, 13 de março de 2017.

Sandro José Neis
Procurador-Geral de Justiça
Patrocinador do Projeto

João Alexandre Massulini Acosta
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional Criminal
Gerente de Projeto